

A RETOMADA DA HEGEMONIA AMERICANA NA DÉCADA DE 1980

Cláudio Gontijo

1. Introdução

A questão da crise da hegemonia dos EUA foi colocada pela primeira vez em meados da década de 1970, na sequência da crise do dólar, que se tornou aguda com suspensão da sua conversibilidade, em agosto de 1971; do primeiro "choque do petróleo em fins de 1973 e da consequente aceleração inflacionária e queda do ritmo de crescimento econômico; do fortalecimento econômico dos países em desenvolvimento, a questionarem a liderança de Washington e a divisão internacional do trabalho; e do avanço dos movimentos de libertação nacional (MLN), para não falar na tomada de Saigon por tropas comunistas em abril de 1975. Em fins da década, chegou-se, inclusive, a se cogitar no âmbito do G-7 na substituição da moeda norte-americana por outro ativo como reserva internacional, em meio a uma dura luta por parte de Washington não apenas para evitá-la, mas para desmonetizar o ouro, que ameaçava retornar, e, ao mesmo tempo, impedir que se ampliasse o papel dos Direitos Especiais de Saque (DES), de emissão do FMI.

Em razão do enfraquecimento dos Estados Unidos, o mundo bipolar, assentado, em se adotando a concepção de Kindleberger (1973, p. 11 e 289), na hegemonia norte-americana, dava lugar a um mundo multipolar. Na nova ordem internacional em gestação, prevaleceria a interdependência, como, aliás, se deriva da própria fala do presidente Richard Nixon em Kansas City em 1971, quando anunciou que o futuro econômico do mundo seria dominado pelos "cinco centros de poder econômico mundial - a Europa Ocidental, o Japão, a China, tanto como a URSS e os Estados Unidos" (KENNEDY, 1988, p. 469).

Aliás, oito anos depois, o Sub Secretário do Tesouro para Assuntos Monetários Internacionais dos EUA, Bergsten, ainda argumentava que "no mundo multipolar de hoje, com os EUA não mais na posição de tomar decisões que decidam a situação da maioria dos assuntos econômicos", todos os países teriam de partilhar a responsabilidade pelo gerenciamento coletivo da economia mundial (WALTER, 1993, p. 219). Na mesma linha, Robert Keohane (1984, p. 32), sustentava que a posição hegemônica dos Estados Unidos não mais se mantinha: no "moderno mundo econômico" pós hegemônico que emergira, a ordem econômica internacional teria passado a ser mantida "em grande parte através de medidas não liberais de cooperação internacional" (p. 216). Já então, "a noção de que 'a erosão do poder econômico, político e militar dos EUA [era] incontestável [havia se convertido] em um lugar comum" (PANITCH e GINDIN, 2006, p. 90). Assim, enquanto Wallerstein (1982, p. 40) sustentava que os EUA "não é mais tão forte que possa ser chamado hegemônico e, dessa forma, não pode dar o tom em termos políticos: tem de negociar

e/ou competir com os seus tradicionais clientes 'parceiros"', Gilpin (1987, p. 88) fazia referência ao "relativo declínio do poder americano" e Walter (1988, p. 196) referia-se ao "crescente pluralismo na balança internacional de poder". Aliás, como informa Nye (1990, p. 153), mesmo em 1990, "pesquisas [de opinião] informa[ram] que quase metade do público [norte-americano] acreditava que o país est[ava] em declínio".

A discussão sobre o declínio da hegemonia norte-americana, contudo, praticamente desapareceu nas décadas seguintes, na esteira da expressiva valorização do dólar, das políticas do presidente Reagan, da desarticulação dos movimentos reivindicatórios dos países do Terceiro Mundo - fruto das crises em que mergulharam -; do refluxo dos MLN, da expansão dos fluxos financeiros sob o controle norte-americano; do desmantelamento da União Soviética; e, finalmente, do avanço imperial norte-americano no "mundo unipolar" pós Guerra Fria. Em seu lugar, surgiu uma literatura que procurou reler a década de 1970 como se as medidas defensivas tomadas pelo governo dos EUA tivessem, de uma forma ou de outra, promovido a retomada hegemônica. Destarte, Serrano (2002, p. 250), argumenta que, com o dólar flexível que emergiu de sua inconvertibilidade, em agosto de 1971, "os Estados Unidos podem incorrer em déficits no [balanço de pagamentos] e financiá-los tranqüilamente com ativos denominados em sua própria moeda (...). Além disso, a ausência de convertibilidade em ouro dá ao dólar a liberdade de variar sua paridade em relação a moedas dos outros países conforme sua conveniência, através de mudanças da taxa de juros americana". Já Peter Gowan (1999, p. 45) afirma que a própria decisão de Nixon de suspender a convertibilidade da moeda norte-americana em ouro foi um lance planejado, "parte de uma estratégia para restaurar o domínio dos capitais americanos, transformando o sistema monetário internacional em um regime de padrão dólar" e, assim, reforçar a hegemonia norte-americana.

Este artigo objetiva examinar a retomada da hegemonia norte-americana, descrita de forma lapidar em Tavares (1985) e reavaliada em Tavares e Melin (1997), ressaltando o seu desdobramento na década de 1980, assim como o seu alcance e as suas contradições e, embora não discuta as teses de Serrano e de Gowan, tem implicações para as mesmas. Para tanto, ele desdobra-se em três seções, além desta Introdução. Na seção 2, discute-se, ainda que rapidamente, a crise da hegemonia norte-americana na década de 1970; já a retomada dessa hegemonia a partir de 1979 é discutida na seção 3. Finalmente, a seção 4 apresenta as conclusões.

2. A Crise da Hegemonia Norte-Americana: 1970-1979

A questão do declínio da hegemonia dos EUA tornou-se candente em meados da década de 1970, em razão da desaceleração do dinamismo tecnológico do país em face ao do Japão e da Europa Ocidental; da resultante perda de mercados em favor dessas economias; dos ataques especulativos

contra o dólar a partir de 1969; e do conseqüente colapso de Bretton Woods, para não falar na estafação, na derrota no Vietnã e nos avanços dos MLN, particularmente na África negra.

Já em inícios da década de 1960, a opinião pública norte-americana foi surpreendida pelo "desafio soviético", em razão do lançamento do Sputnik em 4 de outubro de 1957, das notáveis conquistas no campo da tecnologia militar e do ritmo "japonês" do crescimento econômico da URSS no pós-Guerra, superior ao dobro da taxa de expansão da economia norte-americana. Outro abalo veio com a decisão de Fidel Castro de construir o socialismo em Cuba, para não falar no avanço dos outros MLN, visto com alarme por Washington, assim como da instituição do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) na Conferência de Belgrado de 1961, que deu seqüência ao estabelecido na Conferência de Bandung (Indonésia) de 1955, a qual "lançou as bases da solidariedade política do terceiro mundo" (ACHARYA, 2014, p. 70). As articulações do MNA seriam decisivas para a constituição da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964 e a aprovação, pelo GATT, em 1965, da "possibilidade de oferecer concessões e vantagens comparativamente mais favoráveis para os países subdesenvolvidos" (TAMAMES, 1979, p. 101), preconizando "a não elevação das pautas [de importação] para os produtos dos [países menos desenvolvidos] e a supressão dos impostos internos que dificulta[vam] a expansão de sua procura" (idem).

É claro que a emancipação dos países do Terceiro Mundo foi submetida a duras provas, tendo em vista que, como salienta Bissio (2016, p. 9), "[a]s tensões entre as superpotências expressavam-se, quase exclusivamente, em conflitos nos países da periferia". Na verdade,

[a] guerra de Vietnã e as várias guerras árabe-israelenses são exemplos representativos desse cenário, assim como também podem ser contabilizadas entre as suas conseqüências a sangrenta derrocada de Sukarno, na Indonésia, pelo general Suharto, que custou a vida de quase um milhão de pessoas, e o golpe de estado no Irã, que colocou no poder, com apoio da CIA, o xá Muhammad Reza Pahlavi, depois da destituição do primeiro ministro nacionalista Muhammad Mossadegh, que ousara nacionalizar o petróleo. Na América Latina também foram derrocados numerosos governos progressistas – a lista é ampla e inclui desde Jacobo Árbens, na Guatemala, que enfrentou a *United Fruit* e foi derrocado em 1954, a João Goulart, no Brasil, em 1964, e Salvador Allende, em 1973 – com a justificativa da luta contra o comunismo (idem, p. 9-10),

além, está claro, da invasão da República Dominicana em 1965.

Mais do que isso, afora as "[r]elações privilegiadas de comércio, clientelismo, patronato e coerção encoberta", utilizadas como as "principais armas de controle" de muitos países que se formaram durante o processo de descolonização do pós-Guerra, os Estados Unidos "[i]ntervieram

eleitoral ou encobertamente em dezenas de outros países de todo o mundo. Mas foram derrotados na China e em Cuba, e insurreições comunistas pulularam alhures à medida que o modelo soviético se consolidava como meio de promoção de uma rápida modernização sem o regime da classe capitalista" (HARVEY, 2003, p. 52).

Mas, apesar de tudo, o acelerado crescimento econômico dos EUA durante as administrações Kennedy e Johnson, que, conforme aponta de Castro (1979, p. 51), "deve ser entendid[o], antes de mais nada, como uma reação de uma potência hegemônica que começa a sentir-se ameaçada" devido "à rápida perda de terreno dos EUA para os seus aliados e, sobretudo, para a URSS", fez acalmar a opinião pública a respeito da questão econômica. Já no âmbito político-militar, a humilhação da União Soviética durante a crise dos mísseis em Cuba recuperou o prestígio do país, de modo que, embora nuvens sombrias retornassem em 1968 com a ofensiva do Tet, que destruiu as chances de vitória na guerra do Vietnã, ainda assim o "desafio soviético" parecia inteiramente superado em fins da década de 1960.

Infelizmente, contudo mesmo período ampliaram-se os desequilíbrios do balanço de pagamentos dos EUA, cuja origem se remete à reconstrução econômica da Europa Ocidental e do Japão, que fez com que as exportações daí oriundas passassem a competir vantajosamente com as norte-americanas. A consequente deterioração da balança comercial norte-americana tornou-se preocupante a partir do restabelecimento da conversibilidade das moedas europeias em 1958, por conta do Acordo Monetário Europeu, que reduziu de forma expressiva e abrupta a demanda pela moeda norte-americana, induzindo os bancos centrais europeus a converterem dólares em ouro. A crise subsequente, que se tornou nítida em fins de 1960, somente foi resolvida pela instituição do denominado *Pool* do Ouro em novembro de 1961, pela suspensão da cobertura de 25% em ouro da oferta de moeda no país e pelo estrito controle de capitais, reforçado em 1968. Em que pesse essas medidas, o desequilíbrio do balanço de pagamentos dos EUA continuou a se avolumar, não apenas em razão da falta de competitividade dos produtos norte-americanos, mas dos gastos no exterior vinculados à "política de contenção" da URSS, inclusive à Guerra do Vietnã, e da acelerada expansão econômica resultante das despesas com a guerra e com a "Grande Sociedade" de Lyndon Johnson. Isto para não falar na aceleração inflacionária e, acima de tudo, no desenvolvimento do mercado de eurodólares, cujos efeitos desestabilizadores, como esclarecem Rolfe e Burtle (1973, p. 117), seriam fatais para o sistema de Bretton Woods. Se, por um lado, reforçou-se o clima de desconfiança em relação ao dólar, por outro, ampliou-se o passivo externo do país, tendo as reservas em dólares dos bancos centrais estrangeiros alcançado quase US\$ 24 bilhões em 1970 e mais de US\$ 50 bilhões em 1971 (MOFFIT, 1984, p. 35), ano em que o passivo norte-americano no mercado de euromonedas atingiu a US\$ 98 bilhões, contra 57 bilhões em 1969.

Em princípios de 1971, a situação era crítica, com a eclosão de diversos ataques especulativos contra a moeda norte-americana, os quais persistiram não obstante a atuação dos bancos centrais europeus e do saque de vultosos recursos pelo *Fed* de sua rede de *swaps*. A suspensão da conversibilidade do dólar em ouro pelo presidente Nixon em 15 de agosto do mesmo ano e a sua desvalorização em 8,57% quando do Acordo Smithsonian de 17 de dezembro não foram suficientes para acalmar o mercado de câmbio na Europa somente recobrou alguma estabilidade com a adoção do regime de câmbio flutuante por parte dos países capitalistas avançados em março de 1973. Com isso, pôs-se um fim aos Acordos de Bretton Woods, tendo o novo regime, baseado na inconvertibilidade do ouro e no câmbio flutuante, sido formalmente consagrado na reunião do FMI de Jamaica em janeiro de 1976.

Novo e forte abalo à posição hegemônica dos EUA veio com o primeiro "choque do petróleo" em outubro de 1973, causado pela triplicação do preço do petróleo pela OPEP e a imposição de um embargo aos países que apoiaram Israel na Guerra do Yom Kippur, ou seja, os Estados Unidos, Canadá, Japão, Holanda e o Reino Unido. O evento foi particularmente catastrófico para esses países, tendo o PIB dos EUA recuado 0,7% no biênio 1974-1975, enquanto o número de desempregados aumentava em 80%, a inflação saltava de, respectivamente, 3,4% para 12,3%, e a balança comercial passava de um superávit de US\$ 2,2 bilhões em 1973 para um déficit de US\$ 23,1 bilhões em 1977, ampliando ainda mais a desconfiança no dólar. O mesmo ocorreu com os outros membros do G-7, que, assim como no caso dos Estados Unidos, também viram deteriorar-se a sua posição financeira internacional. Como se não bastasse, o "choque" teve profundas consequências políticas, ao demonstrar não apenas a vulnerabilidade dos países capitalistas avançados, particularmente dos EUA, mas a sua impotência diante de pequenos países produtores de petróleo, agrupados na OPEP, que então emergiu como um novo *player* no cenário internacional.

Para piorar as coisas, ao fim da conversibilidade do dólar e à crise do petróleo se somou o vexame da derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, consagrada pela entrada dos tanques norte-vietnamitas em Saigon no dia 30 de abril de 1975. Essa humilhação se deu em um contexto de fortalecimento político do MNA, que reunia 90 países em fins de 1979, e da crescente independência dos países latino-americanos em relação a Washington, tornada transparente pela atuação de seus representantes na OEA e na ONU. É claro que o governo norte-americano reagiu, "fortalecendo os laços com regimes militares e setores conservadores, apoiando intervenções das Forças Armadas nos países em que a situação se apresenta crítica para seus interesses estratégicos" (AYERBE, 2002, p. 164-5), como no caso da Bolívia em 1971, do Chile em 1973, do Uruguai, através do autogolpe do presidente Juan María Bordaberry no mesmo ano, e da deposição da presidente da Argentina, Maria Estela Martínez de Perón Bordaberry, em 1976.

Esses eventos desdobraram-se num contexto de enfraquecimento relativo da economia norte-americana não apenas diante do avanço econômico da Europa Ocidental e do Japão, mas da URSS e dos demais países comunistas no pós-Guerra, que integraram o COMECON, assim como dos países do Terceiro Mundo. Mesmo segundo os cálculos de Maddison (2013), que parecem claramente subestimados, de 1950 a 1970 a economia soviética teria se expandido a um ritmo acima não apenas da média mundial, mas também, da economia norte-americana, de modo que, em termos de paridade do poder de compra, a mesma representaria 8,2% do PIB mundial em 1980, ano em que a dos outros países do COMECON era superior a 5,4%. No caso dos países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina, como resultado da descolonização e da adoção de políticas desenvolvimentistas, "a produção global de mercadorias e serviços (...) cresceu mais de 4,2 vezes nos anos 1950-1970, incluídas a produção industrial, que acusou um aumento de 7,2 vezes, e a agropecuária, cujo aumento foi de 2,3 vezes" (RYMÁLOV, 1983, p. 51), com o consequente crescimento da participação dos mesmos no PIB mundial.¹ Mais do que isso, como resultado de acelerado processo de industrialização, em 1980, esses países respondiam por cerca de 19% da produção industrial do conjunto dos países não socialistas (idem, p. 77), pressagiando a redução da sua dependência em relação aos países capitalistas avançados, principalmente dos EUA.²

De mais a mais, apesar das intervenções armadas diretas e indiretas dos EUA, os MLN haviam conquistado expressivas vitórias na década, contribuindo ainda mais para solapar o poder norte-americano. Além da Guiné e Cabo Verde, que obtiveram sua independência através da luta armada em 1973, o mesmo ocorreu com Angola e Moçambique dois anos depois, apesar de que, nesse caso, a luta continuou contra os grupos anti-governamentais financiados pelos EUA e pela África do Sul, que, todavia, não conseguiu eliminar nem o Congresso Nacional Africano, nem a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), para não falar na União Nacional Africana do Zimbábue, que alcançou o poder em 1980. Na Ásia, o cenário tornou-se ainda mais desfavorável depois da expulsão dos EUA do Vietnã, com a ascensão ao poder do Pathet Lao no Laos em 1972 e do Khmer Vermelho no Camboja em abril de 1975.³ Ademais, nas Filipinas ganhou corpo, a partir de meados da década de 1970, a Frente Moro de Libertação Nacional, além do Novo Exército do Povo (MATOS, SALVADO e GOMES, 1984, p. 996-1000). Mas, o pior veio com a queda do Xá do Irã, Mohamed Reza Pahlevi, então o único (e poderoso) aliado dos EUA entre os países árabes. Tendo sido guindado ao poder por um golpe articulado pelos britânicos e norte-americanos,

¹ É claro que, vários países da América Latina, como Uruguai, Haiti, Honduras e Barbados, assim como a totalidade das ex-colônias da África Subsaariana permaneceram "entre os apêndices provedores de produtos agrários e matérias primas economicamente mais atrasados da economia capitalista mundial, com reduzida taxa de desenvolvimento econômico" (RYMÁLOV, 1983, p. 159).

² Segundo Kennedy (1988, p. 425), a participação do Terceiro Mundo na produção manufatura mundial aumentou de 6,5% em 1953 para 12,0% em 1980. Nas estimativas da CIA, a parcela do produto bruto mundial dos países menos desenvolvidos foi de 11,1% em 1960 e de 14,8% em 1980.

³ Registre-se que o assassinato de um milhão de cambodjano pelo governo do *Khmer Rouge*, sob a liderança de Pol Pot, não evitou que o presidente Carter o apoiasse financeira e politicamente depois de sua deposição por tropas vietnamitas em fins de 1978.

Pahlevi reverteu a nacionalização da indústria petrolífera iraniana, adotando um regime de co-participação estrangeira, enquanto promovia uma série de reformas pró ocidentais. Tendo entrado em choque com o clérigo xiita e com a classe trabalhadora iraniana, Reza Pahlevi fugiu para os EUA, depois que os revoltosos assumiram o controle de Teerã em 11 de fevereiro de 1979. No dia 4 de novembro do mesmo ano, estudantes iranianos ocuparam a embaixada norte-americana e tomaram como reféns seus funcionários, inclusive 66 norte-americanos, exigindo a extradição do Xá, que se encontrava em Nova York. A reação de Washington veio através da operação de resgate *Eagle Claw*, que, lançada na madrugada de 24 de abril de 1980, fracassou redondamente, tornando clara a impotência dos Estados Unidos.

Já então, estava em curso o segundo "choque do petróleo", que teve início em outubro de 1978, na esteira da greve de protesto dos trabalhadores das refinarias de petróleo do Irã, que causou a suspensão das exportações do país e a consequente elevação dos preços no mercado internacional. O aumento da produção dos outros produtores de petróleo, num contexto de lento retorno das exportações iranianas, não evitou a escalada dos preços, alimentada pelo incidente da usina atômica de *Three Mile Island* em 28 de março de 1979 e da eclosão da Guerra Irã-Iraque, em 22 de setembro de 1980, que fez que o barril do produto atingisse US\$ 40,97 um mês depois. Novamente, a economia dos Estados Unidos (e dos demais membros do G-7) foi duramente castigada, enquanto se ampliava ainda mais o desgaste da posição política de Washington no cenário internacional.

A deterioração da hegemonia norte-americana tornou-se, então, de domínio público, de forma que, como assinalam Panitch e Gindin (2006, p. 90), em meados da década de 1980, "a noção de que 'a erosão do poder econômico, político e militar dos EUA [era] inconfundível' converteu-se em um lugar comum".

3. 1979-1990: retomada da hegemonia norte-americana?

Uma das causas e, também, das consequências do declínio da hegemonia norte-americana foi a queda do valor do dólar, que "quase cessou de funcionar como a moeda de reserva do mundo em 1978" (RICKARDS, 2014, p. 1). De fato, em fins da década de 1979,

[v]árias organizações públicas e privadas adotaram o DES como sua própria unidade de conta, até 15 países fixaram os valores de suas próprias moedas em DES e os mercados começaram a desenvolver empréstimos, títulos e depósitos bancários denominados em DES. O Fundo [Monetário Internacional] incentivou esse interesse e o alimentou através de várias iniciativas para fortalecer a liquidez e a transparência do ativo. Em 1979, a Gerência [do Fundo] reviveu uma proposta anterior para uma "conta de substituição" para substituir

dólares por DES como reserva oficial e, por algum tempo, o Comitê Provisório pareceu aprová-lo (BOUGHTON, 2001, p. 20-1)

É claro que essa tendência foi combatida energeticamente pelos EUA, que, de saída, além de bloquearem a proposta francesa de retorno ao padrão ouro-câmbio, conseguiram arrancar, na reunião do FMI de Jamaica, a proibição de que os países-membros fixassem as suas moedas em ouro, a transformação dos DES de um ativo lastreado nesse metal em um ativo baseado em uma cesta de moedas inconversíveis e a redução em 1/3 das reservas de ouro em poder do Fundo. Essas iniciativas, entretanto, nem muito menos o lançamento de 300 toneladas de ouro do *Fed* no mercado durante o governo Carter, impediram a elevação do preço do vil metal e a desvalorização do dólar, que somente foram completamente superadas com o "golpe" de Paul Volcker, para utilizar a feliz expressão de Duménil e Lévy (2004, p. 65), que acintosamente se retirou da reunião do FMI de Belgrado em setembro de 1979, por discordar da proposta do Fundo de "substituir os dólares por DESs nas reservas internacionais" (BOUGHTON, 2001, p. 20-1). Embora também objetivasse reduzir a inflação, a subsequente contração monetária e elevação da *federal funds rate* provavelmente tiveram como principal finalidade salvar o dólar como moeda de reserva. De qualquer sorte, "[a] partir dessa reviravolta de Volcker, os EUA declararam que o dólar se manteria como padrão internacional e que a hegemonia de sua moeda seria restaurada" (TAVARES, 1985, p. 6). Para tanto, também contribuiu a subida ao poder em 1981 do candidato republicano, compromissado em restaurar o antigo poderio dos EUA, Ronald Reagan, que, como registra Tavares (1985, p. 6), "além do movimento de restauração do prestígio político e ideológico", teria implementado "uma política keynesiana bastarda, de cabeça para baixo, combinada com uma política monetária dura", que "teve como resultado a recuperação econômica americana", além de por cômico ao processo inflacionário. O sucesso da "Reaganomics", contudo, deveu-se, em grande parte, à nova tendência ao aumento da taxa de lucro (DUMÉNYL E LEVY, 2004, p. 90), consequência da revolução da microeletrônica, que condicionou a recuperação da economia capitalista mundial a partir de então.

Por um lado, as altas taxas de juros, em meio à retomada do crescimento norte-americano, ao atrair o capital internacional, acabou por provocar a subordinação dos países europeus e o Japão aos ditames do *Fed* (TAVARES, 1985, p. 6-7). Por outro lado, a consequente valorização do dólar, apesar de ampliar o poder de compra das empresas norte-americanas mundo afora, também reduziu a competitividade dos produtos dos EUA, impulsionando o crescimento do seu déficit em conta corrente. Para reduzi-lo, o governo Reagan, através da ameaça de aprovar legislação protecionista, conseguiu impor o Acordo do Hotel Plaza em setembro de 1985 e o Acordo do Louvre de 1987,

que, de fato, impuseram a "harmonização das políticas macroeconômicas" dos países do G-7 sob o comando e em favor dos interesses dos EUA.

Mas, a conseqüente desvalorização relativa do dólar após 1985, apesar de trazer consigo a aceleração do crescimento econômico da China e dos "tigres asiáticos", para não falar no fortalecimento das praças financeiras de Hong Kong e de Formosa, não foi suficiente para equilibrar a balança comercial dos EUA, que, em 1990, ainda apresentava um déficit de quase US\$ 102 bilhões. Diante da falta de competitividade dos produtos industriais do país, revelada por esse déficit, "os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças" (HARVEY, 2003, p. 58).

Na verdade, as finanças tornar-se-iam o centro de gravidade da nova forma de capitalismo internacional, caracterizando a denominada **globalização financeira** - etapa superior e última do capitalismo, conforme já salientara Lênin (1917)⁴, ou seja, o retorno à **hegemonia financeira** de pré-Guerra. Nesse "novo regime mundial de acumulação", conjugar-se-iam, conforme apontado por Gontijo e de Oliveira (2009, p. 7),

cinco processos convergentes: (i) consolidação da ruptura do pacto político do pós-guerra entre capital e trabalho, caracterizado pelo aumento permanente da taxa de salários, manutenção da participação dos salários na renda nacional, e construção do estado de bem-estar social, em favor da reconcentração da renda em favor do capital, particularmente do segmento financeiro; (ii) liberalização e desregulamentação dos mercados, cujo ordenamento passa a ser encargo, tanto quanto possível, da "mão invisível"; (iii) crescente aprofundamento da interpenetração das relações econômicas em escala global, ou seja, da "globalização"; (iv) progressiva financeirização da riqueza, com o aumento da relação ativos financeiros/PIB e da relação encargos financeiros/lucros; (v) hegemonia ideológica e objetiva do capital financeiro, que passa a comandar a política econômica.

Apesar de condição necessária, as elevadas taxas de juros prevalecentes a partir do "golpe de Volcker", embora tivessem salvado o dólar e "alinhado" os demais países capitalistas avançados aos ditames do *Fed*, não foram suficientes para restabelecer a hegemonia dos EUA, que, ao assentar-se nas finanças, tinha como condição adicional a liberalização do mercado financeiro e, portanto, a sua internacionalização (PANITCH e GINDIN, 2004, p. 89). Essa liberalização, que, na verdade, se iniciara com o *Bank Holding Company Act* de 1956, que autorizou as *holdings bancárias* (CINTRA e CAGNIN, 2007), teve seguimento com a abolição dos controles de capital pelo presidente Nixon

⁴ Apesar da obra de Lenin tratar do imperialismo, um aspecto essencial do mesmo diz respeito à sua dimensão financeira (LÊNIN, 1917, p. 49-67). Ressalte-se, de mais a mais, que, diferentemente da leitura tradicional, o conceito de último estágio não deve ser interpretado no sentido literal, como derradeiro em termos cronológicos, mas no sentido lógico, ou seja, significando que, além do mesmo, não é possível qualquer outro estágio mais avançado do capitalismo.

em 1974 e com o *Depository Institutions Deregulation and Monetary Control Act* de 1980, que contemplou

(i) a redução gradual das alíquotas do recolhimento compulsório sobre depósitos, algo que seria completado até 1987, e a sua unificação para todas as instituições depositárias federais; (ii) a remoção gradual dos tetos de juros dos depósitos (a ser completada até 1986) e o aumento dos tetos durante o período de transição. (...) (iii) a ampliação do leque de instrumentos de captação e de aplicação permitidas às instituições financeiras depositárias, além de um aumento do limite máximo de empréstimo dos bancos a um único tomador – que passou de 10% para 15% do ativo do banco, podendo ainda ser estendido para 25% caso o novo empréstimo fosse garantido por ativos de alta liquidez; (iv) a expansão dos empréstimos de liquidez junto ao *Federal Reserve* para todas as instituições depositárias; v) a regularização e inclusão na cobertura do seguro de depósito da FDIC das contas [remuneradas] *NOW*, do *ATS* [serviços de transferência automática] e das cooperativas de crédito, e; (vi) extinção das Leis de usura estaduais relativas a vários tipos de empréstimos. (URPIA, 2015, p. 123).

Outro passo na direção da liberação financeira veio com o *Garn-St Germain Act* de 1982, que elevou o limite dos empréstimos a um só tomador, aumentou os poderes da *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC) e da *Federal Savings and Loan Insurance Corporation* (FSLIC) para ajudar as instituições asseguradas, ampliou o leque de aplicações das Associações de Poupança e Empréstimo (S&Ls) e removeu as restrições aos empréstimos imobiliários por parte dos bancos nacionais, dando ao *Office of the Comptroller of the Currency* autoridade para definir as regras no futuro (idem, p. 124).

Apesar de torná-lo mais profundo, competitivo e internacionalizado, a desregulamentação do sistema financeiro norte-americano também ampliou a volatilidade dos mercados, num contexto de lenta recuperação da taxa de lucro, tornando inevitável a eclosão de crises graves "sob a forma de 'crises financeiras' que se podem atribuir unicamente à especulação ou a uma 'instabilidade sistêmica' congênita" (CHESNAY, 2004, p. 62-3). Além da crise das S&L e da falência, em 1984, do *Continental Illinois*, o sistema financeiro norte-americano foi duramente abalado pela crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, deslanchada pela moratória do México em setembro de 1980, o que dificultou a sua expansão no novo cenário de globalização financeira.

Se, em parte como produto dessa liberalização, se assistiu a dramática mudança na composição dos ativos do sistema financeiro dos EUA na década de 1980, com a queda da participação dos bancos comerciais e instituições de poupança, principalmente em favor dos Fundos de Pensão e dos Fundos de Investimento, por outro lado, o aumento real dos ativos dos investidores

institucionais foi de somente 8,2%. Em contraposição, a combinação de juros elevados, aumento dos gastos militares e corte da carga tributária resultou em um crescimento real de 128,9% da dívida do Tesouro norte-americano, o que, segundo Panitch e Gindin (2004, p. 89), "não somente teve um impacto maiúsculo na promoção do desenvolvimento de um mercado secundário de bonus, senão que se situou no núcleo da forma reconstituída do domínio imperial norte-americano", permitindo "ao estado norte-americano apoiar-se nas reservas financeiras globais para expandir seu alcance global, assim como do capitalismo". Além disso, a retomada do crescimento econômico, num contexto de recuperação da taxa de lucro e de reafirmação do dólar, aliada à progressiva redução da taxa de juros a partir de 1982, provocaram verdadeiro *boom* das Bolsas de Nova York, tendo o valor de mercado das corporações norte-americanas aumentado 56,0% em termos reais (o das financeiras aumentou 88,3%) durante a década.

Em contrapartida, o crescente déficit corrente resultou na mudança da posição dos EUA de credor líquido do resto do mundo em 1980 (saldo de US\$ 214,0 bilhões) para devedor líquido em 1990 (saldo negativo de US\$193,1 bilhões), pois o o total das obrigações norte-americanas aumentou no exterior aumentou em ritmo bem mais elevado do que o dos haveres (Tabela 1). Em termos da hegemonia dos EUA, o resultado dessa mudança foi mista, pois se, de um lado, o país se tornou dependente, em escala ampliada, do financiamento externo, também o processo trouxe consigo a ampliação da circulação do dólar, assim como o aprofundamento das relações financeiras entre o país e o resto do mundo.

Assim, apenas no mercado de eurodólares de Londres, o *turnover* diário era, em 1986, de US 300 bilhões **por dia**, ou seja, de mais ou menos US\$ 75 trilhões por ano. Já no que diz respeito ao mercado de transações cambiais, "[u]m estudo de abril de 1989 estimava que o *turnover* **diário** em Londres, Nova York e Tóquio era de respectivamente US\$ 187 bilhões, US\$ 129 bilhões em US\$ 115 bilhões", e, em em abril de 1992, o *turnover* diário médio do mercado cambial mundial alcançou US\$ 1 trilhão (WALTER, 1993, p. 197). Nesse mercado, 78% das transações eram realizadas em dólares em 1989, sendo essa proporção ainda maior em Nova York e Tóquio. Por outro lado, "[o] comércio internacional de ações cresceu uma média de 35 por cento [ao ano] no período 1979-1989" (idem, p. 198), embora, nesse caso, não tenha sido Nova York, mas Londres o maior centro de transações em ações estrangeiras. Também ampliaram-se aceleradamente os fluxos de capital internacional, quer de capital direto, quer em carteira de ações, o mesmo ocorrendo com o mercado internacional de haveres securitizados, *commercial papers* e outros títulos bancários, de modo que, "[e]m fins de 1989, o estoque de títulos [bancários] no mercado era de US\$ 1,25 trilhão, enquanto que os depósitos interbancários internacionais (líquidos de redepósitos) eram de US\$ 3,5 trilhões" (ibidem, p.199). Outro mercado que se expandiu foi o de empréstimos e emissões internacionais de títulos bancários, mas, nesse caso, em 1990, "somente" um terço era cotado na

Tabela 1
Haveres no Exterior e Obrigações para com o Resto do Mundo dos EUA
1980-1990
Em US\$ bilhões

Setores	1980		1990		Variação (%)	
	Preços Correntes	Preços de 2015	Preços Correntes	Preços de 2015	Preços Correntes	Preços de 2015
Haveres dos EUA	692,8	1.896,4	1.638,7	2.898,6	136,5	52,8
Corporações (patrimônio líquido)	18,9	51,7	197,6	349,5	945,5	575,6
Outros	673,9	1.844,7	1.441,1	2.549,1	113,8	38,2
Obrigações dos EUA	478,8	1.310,6	1.831,8	3.240,2	282,6	147,2
Corporações (patrimônio líquido)	74,6	204,2	242,6	429,1	225,2	110,1
Outros	404,2	1.106,4	1.589,2	2.811,1	293,2	154,1
Total de Haveres e Obrigações	1.171,6	3.207,1	3.470,5	6.138,8	196,2	91,4
Corporações (patrimônio líquido)	93,5	255,9	440,2	778,7	370,8	204,2
Outros	1.078,1	2.951,1	3.030,3	5.360,2	181,1	81,6
Haveres Líquidos dos EUA	214,0	585,8	-193,1	-174,1		
Corporações (patrimônio líquido)	-55,7	-152,5	-45,0	-19,2		
Outros	269,7	738,3	-148,1	-154,9		

Fonte: Federal Reserve

moeda norte-americana. Apesar disso, nesse mesmo ano, cerca de 56,4% das reservas internacionais, assim como 53% dos depósitos nos bancos internacionais eram em dólares, que também permaneciam como a principal moeda no comércio internacional, particularmente no de petróleo e de outras *commodities*. No caso do Japão, por exemplo, "apenas 10 por cento das importações e 33 por cento das exportações eram faturadas em ienes em 1987, sendo o restante faturado, em grande medida, em dólares (ainda que, no caso das exportações da Alemanha, 80 por cento eram faturadas em marcos)" (idem, p. 201).

Ressalve-se que o dólar somente se tornou central no mundo financeiramente globalizado por causa subordinação do trabalho e, com ela, das demais forças sociais e do Estado, ao capital financeiro. Os marcos da mesma foram, em primeiro lugar, a negociação com o sindicato mais forte dos EUA - a *United Auto Workes*, com 1,5 milhão de afiliados em 1979 -, quando do resgate da *Chrysler* em 1980, que resultou em cortes de salários e benefícios da ordem de US\$ 360 milhões, para não falar na tercerização de atividades. Em segundo lugar, tem-se a greve dos controladores de vôo de 1981, que foram sumariamente demitidos pelo presidente Reagan, que os substituiu por militares enquanto novas contratações não se efetivavam. Esses atos deram "rédiás soltas para a nova forma de dominação social posteriormente denominada 'neoliberalismo'", de modo que "o estado norte-americano recuperou a confiança de Wall Street e dos mercados financeiros em geral" (PANITCH e GINDIN, 2004, p. 90). Não foram suficientes, contudo, para domar a classe operária,

tendo "[u]ma onda de militância operária [varrido] o mundo capitalista avançado no final dos anos 1970 e nos anos 1980 (com os mineiros na proa tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos), quando movimentos da classe operária em todo o mundo se empenhara em preservar os ganhos obtidos nos anos 1960 e no começo dos anos 1970" (HARVEY, 2003, p. 59). Esse movimento, não obstante, "falh[ou] em larga medida, em razão do aumento do desemprego, que permitiu conter o aumento salarial e a militância da classe operária" (idem). Outro fator que também contribuiu poderosamente para o enfraquecimento do movimento operário nos EUA, para não falar nos demais membros do G-7, foi o processo de desindustrialização, que reduziu progressivamente o peso da classe trabalhadora e, portanto, o seu poder de barganha em face das classes dominantes.

Embora servisse para conter as reivindicações operárias, a desindustrialização também teve efeitos "nada menos que traumáticos, se não catastróficos" sobre a estrutura industrial dos Estados Unidos, fazendo com que o país caminhasse "para ser uma economia rentista com relação ao resto do mundo e uma economia de serviços no nível doméstico" (idem, p. 61). Com efeito, se a participação do valor adicionado pela indústria no PIB norte-americano era de 31% em 1981, contra 35% em 1947, em 1990, havia caído para apenas 25%. Em contrapartida, a participação do setor financeiro saltou de 4,8% para 7,1% do PIB de 1981 para 1990, período em que a parcela do setor de comércio de imóveis, aluguéis e leasing aumentou de 10,9% para 13,2%. Na verdade, processo semelhante, embora com matizes diversos, ocorreu nos outros países do G-7, como no caso da França, que viu a participação da sua indústria no PIB recuar de 30,7% em 1980 para 26,9% em 1990. Em vivo contraste, a parcela da indústria no PIB da Coreia do Sul aumentou de 35,4% para 39,6%, demonstrando que o processo não foi universal, como querem aqueles que o apresentam como uma consequência natural do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, o declínio da força do movimento operário por conta da desindustrialização viu-se contrabalançado pelo aumento do poder da oligarquia financeira, que passou, graças ao processo de crescente financeirização, a controlar progressivamente as empresas através da Bolsa de Valores e, por consequência, dos Fundos de Pensão e dos Fundos Mútuos. Isso, por sua vez, refletiu-se no crescimento da participação do setor de "serviços", que inclui, além do setor financeiro, outras atividades não produtivas, como o comércio e o aluguel de imóveis. No caso da França, por exemplo, se os "serviços" respondiam por 65,2% do PIB em 1980, dez anos mais tarde sua participação havia aumentado para 69,6%; quanto ao Japão, essa tendência se revelou mais suave, pois a participação dos "serviços" no PIB aumentou apenas 2,0% no período, tendo atingido 60,6% em 1990.

Outro aspecto importante da retomada da hegemonia norte americana foi o enquadramento da OPEP, o que permitiu cortar a sangria de dólares vinculada aos elevados preços

do petróleo.⁵ O enfraquecimento do cartel foi possível, em primeiro lugar, graças às "políticas de conservação desenvolvidas ao longo dos anos 1970" pelos países desenvolvidos (TORRES FILHO, 2005, p. 327), assim como ao crescimento da produção fora do cartel, inclusive dos Estados Unidos no Alasca e da União Soviética. Também o "choque de Volcker" foi providencial, na medida em que

forçou as demais economias desenvolvidas a se ajustarem a um novo quadro recessivo. Simultaneamente, lançou os países em desenvolvimento - principal fonte de crescimento da demanda internacional - na pior crise de sua história. Como resultado, a demanda dos países não comunistas limitou-se a 45,7 milhões de bpd [- barris de petróleo/dia -] em 1983, 6 milhões a menos do que em 1979" (idem, p. 327).

O terceiro fator que contribuiu foi a política da Inglaterra sob o governo Thatcher, que "em vários momentos, liderou reduções de preços", num contexto em os Estados Unidos eliminavam "os controles que, por muitas décadas, haviam limitado a integração de seu mercado interno de petróleo ao internacional" (TORRES FILHO, 2005, p. 328) e as grandes multinacionais do setor abandonavam sua atuação conjunta, em favor da desintegração comercial. Desse modo, "[m]esmo com a Guerra Irã-Iraque em andamento, o mundo volt[ou] a 'nadar em óleo'" (idem), de modo que a política de sustentação de preços da OPEP foi finalmente abandonada em 1985, com o retorno dos preços aos níveis anteriores ao do "choque" de fins de 1978.

O enquadramento da OPEP foi concomitante à subordinação dos países em desenvolvimento, o que, na verdade, mostrou-se mais fácil do que se pensava, em razão da crise externa que os submergiu, como no caso da América Latina, a partir do atraso dos pagamentos da Polônia em 1981 e da moratória do México em setembro de 1982. É claro que, nesse caso, a estratégia perseguida pelos EUA foi diferente do padrão do Irã, visto que a eventual descoberta do envolvimento da CIA seria sempre embaraçosa. Conforme demonstrou Perkins (2004), a solução encontrada, que não envolvia Washington diretamente, veio através de "assassinos econômicos" que, tendo sido selecionados pelas agências de informações norte-americanas, eram contratados por empresas de consultoria e projetos, como a Charles T. Main (MAIN), Bechtel, Halliburton, Stone & Webster e Brown & Root. Sua função seria realizar projeções estravagantes, a justificar o financiamento de mega projetos financiados pelo Banco Mundial, USAID, EXIMBANK e por organizações norte-americanas de "ajuda". Além de captarem a lealdade política de grupos privados e de governos dos países em desenvolvimento, os tornavam alvos fáceis quando os EUA precisassem de "favores, incluindo bases militares, votos na ONU, ou acesso a petróleo e outros

⁵ Registre-se que o superávit do balanço de pagamentos dos países exportadores de petróleo gerou expressivos ganhos para os bancos que operavam no mercado de euromoedas, que foi o principal veículo de reciclagem dos petrodólares.

recursos naturais" (idem, p. 38). Esse procedimento em muito contribuiu para o excessivo endividamento de vários países em desenvolvimento, particularmente da América Latina e na África entre fins da década de 1960 e inícios da década de oitenta, quando estourou a crise da dívida externa.

As origens da crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, inclusive da América Latina (Brasil), remontam à captura desses países, na segunda metade dos anos 70, pela oferta abundante de dólares no mercado internacional oriundos dos superávits dos balanços de pagamento dos países produtores de petróleo (CRUZ, 1984, p. 1984, p. 65). Como, em geral, os empréstimos foram contratados sob taxas de juros flutuantes, a sua triplicação resultante do "golpe de Volcker" também multiplicou o montante de câmbio a ser alocado pelos países devedores à conta do serviço da sua dívida externa. Isso ocorreu num momento em que se desdobrava o "segundo choque" do petróleo e se contraía o comércio internacional, particularmente de produtos primários e industrializados de pouca densidade tecnológica, conduzindo os países devedores à crise externa. Como consequência, "[m]uitos países em desenvolvimento que tomaram emprestado fortemente de credores comerciais na década de 1970 vieram ao Fundo [Monetário Internacional] depois de 1982, quando o financiamento comercial secou de repente na sequência da crise da dívida internacional" (BOUGHTON, 2001, p. 18-9). Aproveitando as oportunidade, os países que controlavam o FMI, o BIRD e outras agências financeiras multilaterais, sob a liderança de Washington, usaram-na, conforme sustenta Harvey (2003, p. 61),

para reorganizar as relações sociais de produção internas em cada país em que ocorreram, de modo a favorecer a maior penetração dos capitais externos. Assim, regimes financeiros domésticos, mercados de produtos domésticos e empresas domésticas florescentes foram obrigadas a abrir-se à absorção por empresas americanas, japonesas e europeias.

Tolhidos pela crise, os países endividados, inclusive a Polônia e a Yugoslávia, em muitos casos sob a tutela do FMI, não titubearam em implementar políticas recessivas que provocaram a recessão, desequilíbrio das contas públicas e dramática aceleração inflacionária. Isso ocorreu num momento em que o Banco Mundial, assim como o FMI, adotaram as teses do Relatório Berg (agosto de 1981), que explicava a deterioração econômico e social da África Subsaariana à intervenção estatal e recomendava "uma redução significativa do tamanho do Estado, a adoção da recuperação de custos em serviços públicos antes gratuitos e o aumento do controle privado sobre a economia" (PEREIRA, 2010, p. 246), além da implementação de "reformas nas políticas comercial, cambial e agrícola voltadas para a promoção da liberalização comercial e da especialização produtiva voltadas para a exportação de bens primários" (idem, p. 246), abrindo caminho para o pleno funcionamento do "livre mercado" e das "vantagens comparativas". Como não poderia deixar

de ser, a implementação de políticas seguindo essas orientações - que seriam, mais tarde, condensadas no Consenso de Washington - conduziram à morte do nacional-desenvolvimentismo, que havia sido responsável pelo acelerado processo de industrialização de muitos países em desenvolvimento no pós-Guerra, particularmente na América Latina. A consequente redução da taxa de crescimento econômico e a progressiva desindustrialização desses países, aliadas à sua crescente dependência financeira em relação aos países capitalistas avançados, reduziu drasticamente o seu poder de barganha no cenário internacional, fazendo com que desaparecesse a ameaça do MNA à hegemonia do bloco de poder.

Também houve forte refluxo dos movimentos de libertação nacional, afetados pelo enfraquecimento econômico e pela subordinação financeira e política dos países do Terceiro Mundo afetados pela crise da dívida externa, assim como pelo engajamento em larga escala do governo Reagan na repressão dos mesmos. Logo após a sua posse, Reagan propôs-se a derrubar o governo sandinista da Nicarágua, que chegara ao poder em 1979, os governos de Angola e Moçambique, que enfrentavam forças anti-marxistas treinadas e financiadas pela CIA e apoiadas pelas tropas da África do Sul, assim como derrotar a guerrilha em El Salvador e na Guatemala.

Para começar, a administração Reagan fez tudo para desestabilizar a Nicaragua e derrubar o sandinismo, apesar do país caracterizar-se, então, por ser "uma economia mista, na qual a participação direta do Estado não chegou a ultrapassar os 40%, e as terras confiscadas para realizar a reforma agrária, organizando a área de Propriedade do Povo (estatal) e o setor cooperativo, terem se restringido às propriedades da família Somoza e dos seus aliados" (AYEBER, 2002, p. 217). Para tanto, além de reduzir a cota açucareira do país no mercado norte-americano e instar os investidores privados, inclusive nicaraguenses, a retirarem seu capital do mesmo, Washington "autoriz[ou] ações encobertas contra a Nicarágua e a CIA começ[ou] a dar apoio material e militar às forças contra-revolucionárias que atuavam a partir de Honduras. Em 1984, bloque[aram] os portos do país, desafiando as resoluções contrárias do Tribunal de Justiça das Nações Unidas" (idem, p. 220). A consequente crise econômica, aliada à insatisfação dos empresários e, principalmente, dos camponeses, em razão do caráter restrito da reforma agrária, minou o apoio aos sandinistas, que foram obrigados a entregar o poder à candidata apoiada pelos Estados Unidos, Violeta Chamorro, em 1990.

Nos casos de El Salvador e na Guatemala, a Administração Reagan apoiou regimes de contra-insurgência atroz e suas forças militares especiais. Entre estes, destacou-se o vicioso batalhão *Atlacatl* treinado pelos Estados Unidos, cujo massacre de 1981 na cidade salvadorenha de El Mozote resultou na brutal execução de mais de 750 habitantes, incluindo mulheres e crianças. Entre os anos de 1981 e 1983, o exército guatemalteco executou mais de 100 mil camponeses indígenas que

alegadamente eram defensores da guerrilha e, portanto, merecedores da fúria assassina dos militares. De acordo com Greg Grandin, "os aliados dos EUA na América Central durante os dois mandatos de Reagan mataram mais de 300 mil pessoas, torturaram centenas de milhares e levaram milhões para o exílio" (SHOR, 2010, p. 68-9).

No que diz respeito ao continente africano, o governo Reagan promoveu a reaproximação entre os EUA e a África do Sul, apoiando Pretória, que, sob a égide da Estratégia Nacional Total (ENT), concebida no Livro Branco de 1977, promovia "incursões militares nos países vizinhos, a assistência e financiamento de grupos armados opostos a governos marxistas, a coerção econômica com o aumento de investimento diretos, além de sabotagens e incentivo a golpes de Estado" (LEAL, 2011, p. 30-1). Com o apoio de Washington,

o governo do [*National Party*, NP] aumentou seus ataques ao militarismo marxista financiado pelos soviéticos (sic), empurrando a culpa da desestabilização regional para eles. Conforme Pretória, se a África Austral sofria com a insegurança, isto se devia ao expansionismo soviético, que através dos cubanos, da FLS, da SWAPO, do Congresso Nacional Africano (CNA) e dos governos de Angola e Moçambique fomentavam os conflitos na região (idem).

Destarte,

"entre 1981 e 1984 sete operações militares foram realizadas pela SADF [- *South African Defence Force* -] na fronteira Namíbia/Angola conforme o então Ministro da Defesa sul-africano, Magnus Malan (...). Com um incremento significativo no número de incursões nos anos seguintes, a SADF passou a realizar ataques aéreos e deslocar forças combatentes até 320 quilômetros no interior de Angola (LEAL, 2011, p. 33).

O tiro, contudo saiu pela culatra, pois a escalada sul-africana, aliada ao crescente apoio norte-americano à UNITA de Jonas Savimbi, que contava com o apoio de Mobutu, do Zaire, e da África do Sul,⁶ induziu Cuba a reforçar seu contingente militar em Angola. A derrota da SADF, apoiada por tropas da UNITA, frente às forças angolanas e cubanas em Cuito Cuanavale, entre novembro de 1987 e março de 1988, num contexto de crescente oposição da opinião pública norte-americana e da comunidade internacional às aventuras intervencionistas da África do Sul e ao *apartheid*, aliada à intencificação da luta da maioria negra neste país, selou os destinos da África Austral. Pretória foi forçada a ceder, tendo consentido em retirar completamente suas tropas de

⁶ De acordo com Jordaan (2006), o apoio da África do Sul salvou a UNITA de aniquilamento.

Angola e desocupar a Namíbia, com a condição de que as tropas cubanas se mantivessem a uma distância razoável das fronteiras sul-africanas.

Em sua cruzada contra o comunismo, o governo Reagan também ampliou o apoio aos *mujahidin* que lutaram contra as tropas soviéticas e governamentais no Afeganistão desde o governo Carter. O presidente Jimmy Carter deixara-se influenciar por Zbigniew Brzezinski, que, por sua vez, abraçara as idéias de Hélene Carrère D'Encausse, que sustentava que a URSS se desintegraria por força de revoltas das populações das repúblicas islâmicas soviéticas, inconformadas com os valores do *homo sovieticus*. Para acelerar o processo, a CIA mobilizou, antes mesmo da intervenção soviética em 27 de dezembro de 1979, 100.000 "combatentes pela liberdade", incluindo "arruaceiros e marginais de todo o mundo islâmico, oriundos dos países islâmicos da África do Norte e do Oriente Médio" (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 400). Apesar de contar com o "santuário" do Paquistão e do financiamento adicional da Arábia Saudita e de outras monarquias do Golfo Pérsico, para não falar no dinheiro do ópio cultivado no país, os *mujahedin* estavam sendo massacrados, quando, em 1985, Gorbatchev decidiu, por motivos políticos, retirar as tropas soviéticas do país (*The Guardian* de 27/09/2001).⁷ Embora seja claramente defensável, tendo em vista os elevados custos políticos envolvidos na presença soviética no país, seus efeitos foram tremendamente negativos para a imagem do "socialismo real" e da URSS, dando guarida ao mito do "Vietnã soviético"⁸ e, posteriormente, à tese correlata, esposada por Reuveny e Prakas (1999) e por Medeiros (2011, p. 23), de que "[o] declínio do poder do Exército Vermelho" - consequência da sua derrota no Afeganistão - teria sido "o estopim para o separatismo" que levaria à desagregação da URSS.⁹ De qualquer modo, o mito a "derrota" da União Soviética diante dos *mujahidin*, que "obrigara" Gorbatchev a retirar suas tropas do Afeganistão, tornou-se, aliado às crises da Polônia e da Iugoslávia, um elemento importante no fortalecimento do prestígio dos Estados Unidos e do capitalismo, contribuindo significativamente, pois, para a retomada da hegemonia norte-americana.

⁷ Isto foi reconhecido, segundo informou o mesmo artigo de *The Guardian*, pelo próprio diretor do *State Department's Bureau of Intelligence and Research* dos EUA, Morton Abramowitz, que declarou em 1997 que "[e]m 1985, havia uma preocupação real de que os [*mujahidin*] estavam perdendo [a guerra], que eles estavam de alguma maneira sendo reduzidos, desmoralizando".

⁸ Registre-se que a União Soviética alocou, no seu ponto máximo, em 1985, somente 108 mil homens (2% das suas forças armadas) no Afeganistão, tendo sido pequenas tanto as baixas sofridas (aproximadamente 51 mil) quanto os equipamentos militares perdidos (147 tanques, 1.314 veículos blindados, 433 peças de artilharia, 118 aviões e 333 helicópteros) durante cinco anos e meio de luta. Em contraste, afora as tropas da Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul, o número de militares norte-americanos envolvidos diretamente na Guerra do Vietnã, incluindo as forças da 7ª Frota e das bases aéreas da Tailândia, de Guam e Okinawa, era de aproximadamente 800 mil em 1968. As baixas dos EUA, por sua vez, somaram 365 mil homens, com a perda de 3.339 aviões e 4.892 helicópteros (*Pravda Report*, 13.03.2017). Deste modo, enquanto os custos econômicos foram mínimos para a URSS, os dos EUA foram astronômicos: segundo o advertiu o *Asia Resource Center*, quando se incluem os benefícios dos veteranos e os juros da dívida associados, os Estados Unidos teriam gasto de US\$ 350 bilhões a US\$ 900 bilhões (ou seja, entre 2,3 e 5,7 trilhões de dólares, a preços de 2019).

⁹ O absurdo dessas teses se demonstra, de mais a mais, pelos resultados do referendo de 17 de março de 1991 realizado em todas as repúblicas da URSS, que foi amplamente favorável à manutenção da unidade da União, inclusive nas do Báltico e nas repúblicas islâmicas.

Todavia, em que pese a perda de popularidade do socialismo de Estado, em vivo contraste com o crescente prestígio dos EUA e do capitalismo, a recuperação do dólar, na esteira da globalização financeira, da subordinação dos demais membros do G-7 aos ditames de Washington, da dependência acrescida dos países periféricos e das derrotas dos movimentos de libertação nacional, não restabeleceu a hegemonia norte-americana de outrora. Antes pelo contrário; durante a década de 1980, ao mesmo tempo em que aumentava a participação da Inglaterra, da Alemanha e do Japão no mercado financeiro internacional, decaía a participação norte-americana e, com ela, o papel do dólar.

Para começar, embora, como mostra a Tabela 2, a parcela da moeda americana nos empréstimos bancários internacionais tenha crescido entre 1985 e 1989, em razão do fato do déficit em transações correntes dos EUA ter sido financiado, em larga medida, pela emissão de títulos em dólares, em 1990, ela era menor do que cinco anos antes, tendo aumentado significativamente a participação da libra, do ECU, do marco alemão e de outras moedas, que ocuparam o espaço deixado pelo dólar e pelo iene. Quanto às emissões de título, foi sistemático o recuo da moeda norte-americana, que respondeu por somente um terço desse mercado em 1990, contra mais de 70% em 1985,¹⁰ período em que outras moedas, particularmente o iene e a libra, aumentaram significativamente a sua participação. Finalmente, conforme demonstra Walter (1993, p. 201), também se assistiu ao declínio da participação do dólar no total dos depósitos no mercado bancário internacional, que caiu de 77% em 1972 para somente 53% em 1989.

Tabela 2
Novos Empréstimos Bancários e Emissões de Títulos Internacionais por Moeda
1985-1990
Em %

Moeda	Empréstimos Bancários Internacionais				Emissões Internacionais de Títulos			
	1985	1986	1989	1990	1985	1986	1989	1990
Dólar	62,5	64,2	70,0	58,9	70,9	35,4	45,9	33,3
Libra	3,4	17,4	11,3	17,5	4,5	10,8	8,4	9,5
Yene	18,5	6,1	5,3	1,7	4,8	8,7	8,7	13,5
ECU	7,1	3,3	4,9	8,7	5,1	5,4	5,6	8,1
Marco	2,1	2,8	3,5	6,7	7,0	11,6	7,5	8,3
Outras	0,2	6,2	5,0	6,5	7,7	28,1	23,9	27,3

Fonte: OECD, *Financial Markets Trends*, apud Walter (1988, p. 199).

Nota: Para os anos de 1988-90, as moedas foram convertidas pelas taxas de câmbio de fins de 1990 e, no caso de 1995, para a taxa de fins de 1986.

O fenômeno explica-se, em primeiro lugar, pela queda do valor relativo da moeda norte-americana após o Acordo do Plaza; em segundo lugar, pela expansão exponencial da praça londrina,

¹⁰ Ressalve-se, contudo, que parte do fenômeno se deve ao "crescimento dos *swaps* entre moedas, com os títulos emitidos em uma variedade de moedas sendo frequentemente *swapped into* dólares" (WALTER, 1993, p. 199).

reflexo do forte crescimento do euromercado com sede na *City*; em terceiro lugar, em razão do *boom* das bolsas de valores mundo afora; finalmente, pelo próprio financiamento do déficit americano por conta dos capitais germânicos e japoneses. Como assinala Kapstein (1996, p. 4),

[a]s operações internacionais bancárias cresceram de US\$ 40 bilhões em 1975 para US\$ 330 bilhões em 1990, enquanto os empréstimos através da emissão de bônus aumentou quase dez vezes, de US\$ 19 bilhões para mais de US\$ 170 bilhões durante o mesmo período. Por volta de 1990, Londres hospedava mais de 500 bancos estrangeiros, que detinham mais do que 87 por cento dos ativos internacionais contabilizados naquela cidade. Além disso, a capitalização das bolsas de valores cresceu dramaticamente durante essa década e meia, com maiores mercados emergindo em Toquio, Londres, Paris e Frankfurt; em 1992, os Estados Unidos respondiam por apenas 35% por cento do total da capitalização dos mercados.

Mais expressivo, contudo, foi o declínio da participação do dólar nas reservas cambiais na década (Tabela 3). Na verdade, se a redução em 9% entre 1977 e 1980 se deve à perda de confiança, a redução a partir de 1987 se explica, pelo menos em parte, à sua desvalorização relativa resultante dos Acordos do Plaza e do Louvre. Seja como for, em 1990 o dólar respondia por apenas 50,1% do total das reservas cambiais, contra 67,2% em 1980. Por outro lado, a ascensão da libra esterlina na década de 1980 deve-se, em grande medida, ao dinamismo da *City*, enquanto que o aumento da participação do iene e do marco foram consequência dos superávits em conta corrente desses países.¹¹ Quanto ao ECU, se sua introdução na cesta de moedas resultou da sua adoção pelos países que iriam futuramente compor a Zona do Euro, a queda da sua participação de 13,8% em 1982 para 10,1% em 1990 explica-se pelo fortalecimento do marco e do franco, para não falar nas turbulências monetárias da Europa no período.¹² Assinale-se que, como aponta Helleiner (1996, p. 112, 113–14), se o dólar se manteve como moeda de reserva "em um sistema financeiro aberto, porque os mercados financeiros dos EUA e o mercado de eurodólares ainda [eram] o mercado internacional mais atraente para investidores privados e públicos", em contrapartida,

[e]sses mercados não existiam para tornar o iene ou o marco alemão uma moeda de reserva atraente, porque os mercados financeiros japonês e alemão estavam subdesenvolvidos e superregulados. A profundidade e liquidez únicas dos mercados financeiros dos EUA também garant[iam] que os investidores privados, se tiverem liberdade para investir globalmente, continu[assem] a subscrever déficits norte-americanos por meio de ativos atrativos dos EUA.

¹¹ Entre 1977 e 1990, a participação do iene passou de 1,2% para 8,1%, enquanto a libra foi de 1,5% para 3,1% , a do marco saltou de 6,4% para 17,3% e a do franco de 0,7% para 2,3%.

¹² Note-se que o Reino Unido e a Dinamarca, apesar de participarem da cesta de moedas do ECU, não se juntaram à Zona do Euro. Por outro lado, a moedas da Finlândia e da Áustria, que ingressaram na Zona do Euro desde o início, não fizeram parte da cesta do ECU, pois somente se juntaram ao bloco após ter sido congelada a composição do ECU.

Tabela 3
Composição % das Reservas Cambiais por Moedas
1977-1990

Moeda	1977	1980	1982	1987	1988	1989	1990
Dólar	76,2	67,2	57,9	55,7	55,1	51,8	50,1
Libra Esterlina	1,5	2,9	1,8	2,1	2,5	2,5	3,1
Marco	6,4	14,8	11,6	13,3	14,5	18,0	17,3
Franco	1,0	1,7	1,0	0,8	1,0	1,4	2,3
Franco Suiço	0,8	3,2	2,3	1,8	1,8	1,4	1,3
Guilda	0,4		1,0	1,2	1,0	1,1	1,0
Iene	1,2	4,3	4,1	6,9	7,0	7,3	8,1
ECU/Euro			13,8	13,8	11,7	10,8	10,1
Outras	12,3	5,9	6,5	4,6	5,4	5,8	6,7

Fontes: Rajan e Kiran, 2006; Horii, 1986 e FMI, *Annual Reports*, vários anos.

Assim, apesar disso e de toda a reviravolta política que levou ao fortalecimento do poder norte-americano na década de 1980, também se assistiu durante a mesma ao declínio relativo do dólar como moeda de reserva, num contexto de ascensão de outras moedas. Na verdade, a própria subordinação dos demais países do G-7 aos EUA arrancada no Acordo do Praza, além de ter acelerado o desenvolvimento da China e dos "tigres asiáticos", fortaleceu não apenas as praças financeiras de Hong Kong e Formosa, mas também a libra, o iene e o marco alemão, que ampliaram seu papel como ativos de reserva, com a conseqüente redução do papel do dólar.

4. Conclusões

Da exposto nas seções anteriores, parece claro que a década de 1980 assistiu à restauração da confiança no dólar, que continuou como moeda de reserva, com a superação da crise de estagflação que assolou os EUA e demais membros do G-7 em meados da década de 1970; à subordinação dos países capitalistas avançados através dos Acordos do Plaza e do Louvre, assim como dos países do Terceiro Mundo, através das políticas de "ajuste estrutural", que puseram termo ao nacional-desenvolvimentismo; ao conseqüente esvaziamento do MNA e ao enfraquecimento dos MLN, via financiamento e fornecimento de armas, munições e mesmo da contratação de mercenários para as forças contrarrevolucionárias; ao avanço do capital norte-americano ao nível das finanças internacionais, num contexto de acelerado avanço do processo de globalização financeira; e, finalmente, ao enquadramento do trabalho pelo capital, seja pela repressão de greves, seja pelo aumento do desemprego proporcionado pelas políticas de combate à inflação, para não falar no próprio processo de desindustrialização, que enfraqueceram drasticamente o movimento operário.

Todavia, ainda assim, não se observou a retomada efetiva da hegemonia norte-americana, não devido ao fortalecimento militar da URSS, que continuou mesmo com Gorbachev, mas do

enfraquecimento econômico-financeiro dos Estados Unidos, que viu não apenas avançar o processo de redução da sua parcela no PIB industrial e total do mundo, mas deteriorar sua balança comercial, como consequência não tanto do petróleo, cujos preços caíram significativamente a partir de 1986, mas da perda de competitividade dos produtos do país, não obstante a modernização do seu parque industrial resultante da maior concorrência externa e do dólar caro antes do Acordo do Plaza, que lhes permitiu importar bens de capital de alta tecnologia a custos baixos. Como o crescente rombo na balança comercial não se viu compensado pelas receitas financeiras, a balança de transações correntes também apresentou déficits ampliados, que terminaram por reverter a posição dos EUA de credor para devedor no cenário internacional, com o aumento exponencial do passivo externo do país. Tampouco o retorno da confiança no dólar evitou que o mesmo perdesse espaço no mercado financeiro internacional, com a queda da sua participação nos empréstimos bancários e nas emissões de títulos internacionais de crédito em favor da libra, do marco, do ECU e do iene, para não falar em outras moedas. Isso tudo sem considerar a expressiva queda da parcela da moeda norte-americana nas reservas internacionais.

Não foi fora de contexto, pois, que, ainda em 1989, como salienta Nye (1989, p. 2), além da obra de Kennedy (1988), "[u]ma série de livros e artigos publicados na década de 1980 descrevia o declínio das nações e o declínio americano em particular". Como exemplo, tome-se o artigo de John Ikenberry (1989, p. 375), onde se afirma que

[a] erosão do poder econômico, político e militar dos EUA é inconfundível. Os recursos e capacidades historicamente sem precedentes para a diplomacia norte-americana no pós-guerra e que conduziram a Henry Luce nos anos quarenta a predizer um "século americano" deram lugar a uma não menos notável e rápida redistribuição da riqueza e do poder internacional. (...) [O]s especialistas têm debatido o nível da decadência hegemônica e suas consequências.

Mas, além dos livros e artigos dos *experts* reafirmando a decadência hegemônica, metade do público americano acreditava que o país estava em declínio. Apenas um em cada cinco americanos acreditava que os Estados Unidos eram a principal potência econômica, embora permanecesse de longe a maior economia do mundo. Depois do fortalecimento militar do presidente Reagan nos anos 1980, apenas um quinto das pessoas acreditava que os Estados Unidos estavam à frente da União Soviética em termos de força militar geral. Cerca de um terço do público acreditava que o arsenal nuclear do país era mais fraco do que o da União Soviética e metade acreditava que os Estados Unidos estavam por trás da força militar convencional (NYE, 1989, p. 2).

Enfim, parecia faltar um fato novo tanto para que os Estados Unidos retomassem a hegemonia perdida quanto para que o rei dólar voltasse a tomar posse de seus antigos domínios!

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. *The End of American World Order*. Cambridge: Polity, 2014.
- AYERBE, Luiz Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.
- BISSIO, Beatriz. "Podem os princípios de Bandung apresentar saídas para o presente caos?". *Anais do IX ENABED: Forças Armadas e Sociedade Civil: Atores e Agendas de Defesa Nacional no Século XXI*. Florianópolis, UFSC, 06-08 de julho de 2016.
- BOUGHTON, James M. *The IMF and the Silent Revolution: The International Monetary Fund 1979–1989*. Washington: IMF, 2001.
- De CASTRO, Antônio Barros. *O Capitalismo ainda é Aquele*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- CHESNAY, François (org.) (2004). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. "A globalização financeira e o curso do capitalismo de fim-de-século". *Economia e Sociedade*, v. 5, p. 1-30, 1995.
- CINTRA, Marcos Antônio Macedo; e CAGNIN, Rafael Fagundes. "Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas". *Econômica*, vol. 9, n. 2, p. 296-338, dez. 2007.
- CRUZ, Paulo Davidoff. "Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta". In: BELUZZO, Luiz Gonzaga de M. e COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaio sobre a crise*, vol.2. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984, p. 59-106
- DUMÉNIL, Gérard; e LÉVY, Dominique. "O neo-liberalismo sob a hegemonia norte-americana". In: CHESNAY, 2004, p. 85-108.
- FIORI, José Luís. (org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GILPIN, Robert. *The Political Economy of International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- GONTIJO, Cláudio; e DE OLIVEIRA, Fabrício Augusto. "A Crise da globalização financeira". *XIV Encontro Nacional de Economia Política*, São Paulo, 09 - 12 de junho de 2009.
- GOWAN, Peter (1999). *A Roleta Global*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2003.
- IKENBERRY, G. John. "Rethinking the Origins of American Hegemony." *Political Science Quarterly*, vol. 104,n. 3, p. 375-400, 1989,
- HARVEY, David (2003). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

- HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance. From Bretton Woods to the 1990s*. New York: Cornell University Press, 1996.
- JORDAAN, Evert. "The role of South African armour in South-West Africa/Namibia and Angola: 1975-1989. *Journal for Contemporary History*, vol. 31, n. 3, p. 161-186, 2006.
- KAPSTEIN, Ethan B. *Governing the Global Economy: International Finance and the State*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- KENNEDY, Paul. (1988). *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. 2.ed. Mem Martins: Europa-América, 1997.
- KEOHANE, Robert. *After Hegemony*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KINDLEBERGER, Charles P. *The World in Depression*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- LEAL, Marcelo Mesquita. *A campanha Militar de Cuito Cuanavale (1987-1988) : uma análise baseada na Teoria da Guerra de Clausewitz*. Porto Alegre: UFRG, 2011. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36961>. Acesso em 11/07/2018.
- LÊNIN, Vladimir Ilich (1917). *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. Madri: Fundamentos, 1974.
- MADDISON, Angus. *The World Economy Historical Statistics*. Paris: OCDE, 2003.
- MATOS, C. E. S.; SALVADO, P. G. D.; e GOMES, M. G. *Guerra na Paz*. Rio Comprido: Rio Gráfica, 1984.
- DE MEDEIROS Carlos A. "A economia política da transição na Rússia". In: ALVES, André Augusto de Miranda Pineli (org.). *Uma Longa Transição : vinte anos de transformações na Rússia*. Brasília: Ipea, 2011, p. 13-37.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MOFFIT, M. *O Dinheiro no Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NYE JR., Joseph S. "Soft power". *Foreign Policy*, vol. 80, p. 153 - 171, Fall 1990.
- _____. (1989). *Soft Power: The means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.
- PANITCH, Leo; e GINDIN, Sam. "Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH e LEYS, 2006, p. 19-70
- PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *Socialist register 2004: el nuevo desafío imperial*. Buenos Aires: Merlin Press: CLACSO, 2006.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como Ator Político, Intelectual e Financeiro – 1944 – 2008*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- RAVENHILL, John (ed.) (2005). *Global Political Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

- REUVENY, Rafael; e PRAKAS, Aseem. " The Afghanistan war and the breakdown of the Soviet Union". *Review of International Studies*, vol. 25, p. 693–708, 1999.
- RICKARDS, James. *The Death of Money: The Coming Collapse of the International Monetary System*. New York: Penguin, 2014.
- ROLFE, S.E. e J.L. BURTLE (1973). *O Sistema Monetário Internacional. Uma Reinterpretação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- RYMÁLOV, V. V. *La Economía Capitalista Mundial*. Moscou: Progreso, 1983.
- SERRANO, Franklin. "Do ouro imóvel ao dólar flexível". *Economia e Sociedade*, vol. 11, n. 2, p. 1-30, 2002.
- SHOR, Francis. "War in the era of declining U.S. global hegemony". *Journal of Critical Globalisation Studies*, vol. 2, p. 65-81, 2010.
- TAMAMES, R. *Estrutura da Economia Internacional*. Lisboa: Dom Quixote, 1979.
- TAVARES, Maria da Conceição. "A retomada da hegemonia norte-americana". *Revista de Economia Política*, vol. 5, n. 2, p. 5 – 15, 1985.
- TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e Dinheiro : uma economia política da globalização*. Petrópolis: EditoraVozes, 1997.
- TAVARES, M. C.; MELIN, L. E. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES e FIORI, 1997, *Poder e Dinheiro*. Petrópolis: EditoraVozes, 1997, p. 55-86.
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira. "O papel do petróleo na geopolítica americana". In; FIORI, 2004, p. 309-46.
- URPIA, Arthur Gualberto Bacelar da Cruz, *O sistema financeiro dos EUA: da Glass-Steagall à Lei Dodd-Frank*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. "Crisis as transition". In: AMIN, Samir; et alii, *Dynamics of Global Crisis*. New York: Montly Review, 1982, p. 11-54.
- WALTER, Andrew (1988). *World Power and World Money*. New York: Harvester/Wheatsheaf, 2a Edição, 1993.